

**ATA DA CENTÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Pedro Kemp e João César Mattogrosso, primeiro e segundo-secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial e on-line foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito bom dia, senhoras deputadas, senhores deputados, colaboradores da Assembleia Legislativa e imprensa. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Antes, porém, quero justificar a ausência da deputada Mara Caseiro, que se encontra em agenda externa, conforme CI nº 105/2023, de 23/11/2023. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, em exercício como segundo-secretário, o deputado João César Mattogrosso, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa e senhores deputados. *"Ata da Centésima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretários, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte e Nove da Centésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 54 e 55/2023; do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.373 e 1.417/2023; do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Diretoria de Inteligência Penitenciária; Ofício nº 1.839/2023; do Ministério da Saúde; Ofícios nºs 1.119, 1.121, 1.134 e 1.180/2023; da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.229, 2.262 e 2.263/2023; da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofício nº 4.037/2023; da Agência Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 685, 687, 690 a 692/2023; da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Zeca do PT, Rafael Tavares, Junior Mochi e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Renato Câmara, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Antonio Vaz e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 14/2023, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 16/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 186/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 217/2023, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 254/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçadas aos familiares de Antonio Confortini, Marinês Hatori da Silva e Sueli Izabel de Souza Rondora; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas aos familiares de Gabriel Mongenot Santana Milhomem Santos e Valdecir Vergílio de Albuquerque;*

*requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Maria Irene Basso Travensolo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Gabriel Rojas Bonfim; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas aos prefeitos de Paranhos e Rochedo pelos aniversários dos municípios; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à bailarina Ana Flávia Paes de Souza; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao policial militar lotado no 14º Batalhão, em Fátima do Sul, sargento Jaqueson Jacomelli, pelo reconhecimento ao salvar uma criança de um engasgamento; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Programa Escola Segura Família Forte, primeiro-sargento Ricardo José Weschenfelder, segundo-sargento Lourival Oliveira Santos e cabo Thiago Barbosa da Silva, pelo reconhecimento ao ajudar uma mãe que se encontrava em trabalho de parto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do 9º Batalhão: segundo-sargento Aurélio Ferreira de Almeida e cabo Jacsimilson Corrêa da Silva, pelo reconhecimento ao realizar a prisão de um grupo de meliantes que tentavam furtar um cofre de um escritório de advocacia, nesta capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à empresa Mega Segurança, pelo seu aniversário de vinte e seis anos de existência, e a seu diretor e consultor de segurança major Arquimedes Gonzaga Gonçalves, pelos excelentes serviços prestados ao ramo da segurança privada no estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao subtenente PM Eder Queiroz Gomes, ao cabo PM Josias da Costa Marques, ao cabo PM Leandro Ribas Terra, e ao cabo PM Wellington Carlos Soares da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à Sociedade dos Médicos Veterinários de Mato Grosso do Sul (Somvet), em nome da presidente doutora Ana Paula Antunes Nogueira, pelos quarenta e cinco anos de sua fundação; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações de autoria dos deputados Rafael Tavares, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Coronel David, Lia Nogueira, Gleice Jane, João César Mattogrosso, Lidio Lopes, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Roberto Hashioka, Zeca do PT e Jamilson Name. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de novembro do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente. Bom dia!*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, deputado João César Mattogrosso. Obrigado por ter lido a ata. Quero pedir licença aos senhores deputados e às senhoras deputadas, pois, a pedido do presidente da Casa, estou assumindo a presidência desta Sessão. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao nosso deputado Pedro Kemp, que está assumindo neste momento a Primeira-Secretaria, que faça a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, substituindo Vossa Excelência aqui na primeira-secretaria, faço a leitura do expediente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de novembro de 2023: Mensagem nº 56/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 90, de 2 de junho de 1980, que dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências” (Prot. Nº 6363/2023); Ofício nº 168.0.073.0181/2023, do

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei que “Dispõe sobre a fixação de emolumentos devidos pelos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, e dá outras providências”; Ofício nº 969/2023, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 5137/2023); Ofícios nºs 1.122, 1.179, 1.181, 1.187, 1.188, 1.196, 1.201 e 1.202/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares, Zé Teixeira, Jamilson Name, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Coronel David, Lia Nogueira, Renato Câmara, Zeca do PT, Antonio Vaz, Gleice Jane e Mara Caseiro; Carta nº 2.961/2023, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 5494/2023). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Pedro Kemp. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Daniel Ingold, diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro), e ao senhor Maurício Simões, secretário de estado de Saúde, para que seja viabilizada a construção de um Centro de Controle de Zoonoses no município de Ribas do Rio Pardo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias autônomas ao senhor Janine de Lima Bruno, presidente da Agetran, solicitando estudos no sentido de viabilizar a instalação de quebra-molas na avenida das Mansões, em frente ao nº 73, Núcleo Habitacional Buriti, nesta capital. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, diploma de ilustre visitante ao senhor Eric Maia, atleta profissional de MMA e personal trainer, quatro vezes campeão mundial e três vezes campeão brasileiro. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Correa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, bom dia. Bom dia aos componentes da Mesa, nossos queridos funcionários e demais colegas deputados, Cerimonial, público que nos prestigia e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia ou que nos ouvem pela Rádio Assembleia. Encerrando a semana, eu gostaria de fazer algumas indicações para a nossa querida, hospitaleira e vetusta Porto Murtinho. Senhor presidente, eu não gostaria de ter que fazê-las, imaginando que essas demandas que trago a Vossa Excelência e a esta Casa poderiam ser muito bem atendidas pelo próprio prefeito da cidade. Mas, já que este não as atende em benefício do povo que o elegeu, resolvi trazer aqui as indicações para apresentar a esta Casa de Leis. 1 - Indico ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópias ao presidente da Sanesul, doutor Renato Marcílio, belíssima figura, que seja feita a ampliação da rede de distribuição de água potável no município de Porto Murtinho, nossa terra, para atender

às necessidades das famílias da zona rural daquele município, especificamente aquelas que se encontram em um local conhecido como KM 2, que vivem há anos consumindo água adquirida de poços artesianos, mesmo estando tão próximas da zona urbana de Porto Murtinho; 2 - Indico ao governador do estado, com cópias ao secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura e Cidadania, Marcelo Miranda, e ao diretor-presidente da Fundesporte, Herculano Borges, que seja feita: I - Viabilização de material para prática esportiva nas colônias dos municípios de Porto Murtinho, sendo elas a Colônia Ingazeira e a Colônia Cachoeira; II - Viabilização de material para prática esportiva nas aldeias indígenas do município de Porto Murtinho, aldeias Barro Preto, São João, Tomásia, Alves de Barros, Campina e Córrego do Ouro. Encerro fazendo um convite à Vossa Excelência, grande parceiro, amigo que eu admiro. Futuramente, no mês de dezembro, podemos nos programar para fazer uma visita às aldeias do povo kadiwéu, essas aldeias a que me referi, para poder ouvir in loco as suas demandas. Vossa Excelência sabe que o povo kadiwéu é descendente direto do povo guaicuru, que guerreou na Guerra do Paraguai, no massacre (na verdade) do povo paraguaio; e como compensação, por parte do império português da época, receberam de Dom Pedro II, como presente por terem traído a sua pátria (porque eles eram paraguaios) quinhentos e trinta e sete mil hectares de terras do meu querido Mato Grosso do Sul. Aquele local é chamado de terra dos índios; eles estão lá, e precisam da nossa proteção. Eu falo com entusiasmo sobre Porto Murtinho e sua gente, porque tem uma poesia que diz: "Ninguém é universal se não cantar sua própria terra"; e é por isso que eu canto Porto Murtinho. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço ao deputado Zeca do PT. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre deputado Pedro Kemp. Eu queria apenas lembrar aos senhores deputados que também está confirmada, amanhã, em Porto Murtinho, a assinatura da ordem de serviço para a construção da alça de acesso à ponte da Rota Bioceânica. Contaremos com a presença da ministra Simone Tebet, do governador Eduardo Riedel e do ministro Waldez Góes, representando o nosso presidente Lula. Portanto, estaremos lá presentes, e gostaríamos de convidar todos os senhores deputados e as senhoras deputadas a se fazerem presentes. Estarei representando a Casa, deputado Zeca do PT, se o senhor me permitir.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A intervenção que Vossa Excelência faz é para justificar a minha ausência, porque, além de ter um outro compromisso já previamente assumido, infelizmente eu não tenho avião. E para eu chegar lá a tempo, eu teria que sair de madrugada. Eu tenho compromisso aqui às 8h da manhã, portanto é praticamente impossível, mas, mesmo de longe, ficarei cantando a minha terra.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou representar Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu me sentirei representado pela presença de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com certeza. Passo a palavra ao ilustre deputado Pedro Kemp, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, antes de ler esta indicação, eu gostaria de informar que, na qualidade de representante da Assembleia Legislativa no Conselho Estadual dos Direitos Humanos, estou exercendo atualmente a função de presidente desse conselho. Então eu não poderia deixar de apresentar uma indicação ao senhor Paulo César Zeni, que é promotor de justiça de Direitos Humanos de Campo Grande, com cópia ao professor doutor Laércio Alves de Carvalho, magnífico reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando a apuração de denúncia de injúria racial praticada por um acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no campus de Campo Grande, contra uma faxineira da empresa terceirizada Guatós, que presta serviço na UEMS, conforme notícia publicada no site eletrônico Midiamax, na data de 22 de novembro de 2023, lembrando que o fato ocorreu na semana em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. O título da reportagem é: "Faxineira da UEMS é demitida após denunciar injúria racial. 'Foi liberta e parou de levar chibatadas'". Justificativa: de acordo com a matéria jornalística publicada pelo jornal Midiamax, uma faxineira de empresa terceirizada que prestava serviço na UEMS há mais de seis anos, sofreu injúria racial de um acadêmico do curso de Biologia, dentro da instituição. A vítima relatou que tinha acabado de limpar a sala quando alguns alunos entraram com alimentos e bebidas, e ela os advertiu: "Quando terminarem, deixem limpo, pois não sou escrava". Em seguida, um dos alunos respondeu: "Você foi liberta em 1888 e parou de levar chibatadas". Sendo assim, é necessário reprimir e combater todo e qualquer ato de racismo, especialmente dentro dos ambientes acadêmicos, onde são formados profissionais para atuar em todas as áreas do conhecimento. Considerando competir ao Ministério Público velar pela promoção de igualdade e pelo respeito à diversidade, instaurando procedimentos administrativos, procedimentos preparatórios e inquéritos civis e ajuizando ação civil pública para apurar e combater as práticas de racismo, homofobia e todas as demais formas de discriminação ou preconceito, levando em consideração que a partir da Lei nº 14.532/23, a injúria racial passou a ser crime de ação penal pública incondicionada, solicitamos a apuração dos fatos pelo órgão ministerial. Portanto, Senhor Presidente, apesar do barulho aqui, quero dizer que estou encaminhando essa indicação para o Ministério Público dos Direitos Humanos para apurar esse fato de injúria racial que aconteceu dentro da universidade estadual, aqui no campus de Campo Grande. É inadmissível que um acadêmico, que está se preparando para ser um professor, tenha cometido uma injúria racial, falando para a faxineira: "Você foi liberta em 1888 e parou de levar chibatadas!" Nós temos que exigir da Promotoria dos Direitos Humanos uma apuração rigorosa, e quem cometer qualquer violência que fira a dignidade da pessoa humana tem que responder por isso. Não podemos mais admitir que todos os dias nesse país pessoas negras sofram discriminação, passem por situações de constrangimento e sofram violências contra sua dignidade. Portanto, exigimos do Ministério Público estadual e da reitoria da UEMS que tome as providências cabíveis contra esse acadêmico, para que isso não aconteça mais. Eu estou aqui recebendo o pedido do deputado Coronel David para assinar comigo essa indicação ao Ministério Público estadual. Muito obrigado. Eu aceito também, com muito prazer, a assinatura do deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique. Transferida. Deputado Professor

Rinaldo, Vossa Excelência está inscrito a partir deste momento, mesmo sem estar escrito. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente e demais colegas deputados, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, eu quero encaminhar duas indicações ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran. São reivindicações das comunidades que chegam ao nosso gabinete. Cumprimento o vereador Coringa, que está aqui conosco, e apresento um projeto de lei extremamente importante; um projeto que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei estadual nº 5.440, de 18 de novembro de 2019, que dispõe sobre a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, durante o parto e o pós-parto, e estabelece outras providências. Nós aprovamos esse projeto de lei, à época, de autoria do hoje eminente vice-governador, nosso amigo Barbosinha, e estamos fazendo algumas alterações, adequando a legislação que hoje já é vigente em alguns estados da federação, até porque, cada vez mais, a questão do parto normal é algo que tem crescido em nossa sociedade. Nós sabemos da importância que é para uma mãe quando ela tem o seu filho por parto normal, por isso hoje apresentamos esse projeto fazendo algumas alterações, contando com a aquiescência dos nossos colegas da CCJR. E, de forma muito especial, quero registrar a presença de quatro profissionais que estão aqui conosco: Carol, Ludimila, Ingrid e Tatiana, que são doulas, profissionais que atendem não somente no sistema particular, mas também fazem um trabalho voluntário àquelas mães que às vezes não têm condições de custear essas despesas. Com espírito altruísta, elas fazem com que nossos sul-mato-grossenses venham a este mundo. Então, com muita alegria, apresentamos esse projeto, fazendo essas alterações, e contamos com a colaboração da CCJR e dos demais membros deste Parlamento. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 06419/2023, 06460/2023); um requerimento (Prot. nº 06461/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 06418/2023, 06428/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 06411/2023, 06412/2023, 06413/2023, 06414/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 06421/2023, 06420/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 06423/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 06387/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: cinquenta e uma indicações (Prot. nºs 06385/2023, 06384/2023, 6382/2023, 06381/2023, 06380/2023, 06383/2023, 06386/2023, 06389/2023, 06390/2023, 06391/2023, 06450/2023, 06451/2023, 06452/2023, 06453/2023, 06455/2023, 06457/2023, 06458/2023, 06459/2023, 06456/2023, 06392/2023, 06393/2023, 06394/2023, 06395/2023, 06396/2023, 06397/2023, 06398/2023, 06399/2023, 06400/2023, 06401/2023, 06402/2023, 06403/2023, 6404/2023, 06405/2023, 06406/2023, 06407/2023, 06408/2023, 06409/2023, 06425/2023, 06427/2023, 06433/2023, 06432/2023, 06430/2023, 06431/2023, 06434/2023, 06437/2023, 06444/2023, 06442/2023, 06436/2023, 06441/2023, 06440/2023, 06443/2023, 06445/2023, 06446/2023, 06447/2023, 06449/2023, 06448/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 06422/2023, 06417/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 06424/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação

(Prot. nº 06416/2023); um requerimento (Prot. nº 06415/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: quatro indicações (Prot. nºs 06426/2023, 06435/2023, 06439/2023, 06438/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. O deputado Pedro Kemp me fez uma observação de que hoje recebemos um projeto do Poder Executivo e outro do Tribunal de Justiça. O projeto do Tribunal de Justiça trata das taxas cartorárias, e já tramita nesta Casa em trâmite normal. Esse projeto visa modificar as taxas cartorárias, algo já aprovado no Pleno do Tribunal de Justiça. O presidente deputado Gerson Claro me pediu para dizer a Vossas Excelências que na próxima terça-feira, às 8 horas, está confirmada a presença do ilustre governador Eduardo Riedel nesta Casa, para entregar um projeto de suma importância, que é o projeto do Pantanal. Estaremos disponíveis às 8 da manhã e, prontos para discutir o projeto, estará aqui conosco o secretário da Pasta, Jaime Verruck, convidado a participar da discussão sobre o projeto, na Sala de Reuniões da presidência, às 14 horas. Esse projeto contará também com uma audiência pública, ainda na terça-feira. Além disso, vamos pedir ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, da Casa, o ilustre deputado Renato Câmara, que na mesma semana, se possível, faça uma audiência pública na Casa para que haja discussão do projeto na íntegra, e para que a sociedade civil possa participar abertamente das discussões, antes de ir para votação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Aproveitando que Vossa Excelência está fornecendo essa informação extremamente importante sobre a nova lei do Pantanal, eu gostaria de informar à Mesa Diretora e também aos demais deputados e deputadas que a posse da Frente Parlamentar Invasão Zero será na quarta-feira, às 8h, na Sala de Reuniões da presidência, com a presença do presidente, deputado Gerson Claro, do primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, e também de integrantes da Famasul, de sindicatos rurais, da Associação Novilho Precoce, da Acrissul, de representantes indígenas e de representantes do Movimento Sem Terra. Será um grande fórum de debates e ações para que o Mato Grosso do Sul não conviva com a questão da invasão de terras, e que aqui respeitemos o direito de propriedade. A intenção maior, senhor presidente, é levar a paz ao campo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero registrar que o deputado Coronel David prontamente atendeu ao nosso pedido, modificando o horário da posse da frente parlamentar, de terça-feira às 8h da manhã para quarta-feira, no

mesmo horário. Essa alteração ocorre em virtude da entrega do projeto que visa estabelecer normas no Pantanal sul-mato-grossense.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de solicitar a permissão de Vossa Excelência, dada a importância do tema, para apresentar — embora devesse ter sido feito no Pequeno Expediente — um requerimento à Mesa. Isso decorre da discussão que ocorreu no Grande Expediente de ontem, relacionada à questão das redes de farmácia e à injustiça que tem sido provocada pelos benefícios concedidos a um lado. Isso ocorre devido ao fato de que as grandes redes utilizam municípios fora do estado, em Goiás, Bahia e São Paulo, que oferecem incentivos fiscais nulos para a construção de centros de distribuição. Elas enviam os medicamentos para cá, sem pagar ICMS, o que prejudica completamente as empresas locais no setor farmacêutico. As empresas locais compram da mesma distribuidora, pagam o ICMS de origem e, ao entrar no estado, ainda pagam o diferencial de alíquota. Isso resulta na perda total de competitividade para as empresas locais. Diante disso, o Conselho Regional de Farmácia nos solicitou a possibilidade de vir expor essa situação à Assembleia. Não só o conselho, mas também os proprietários de algumas redes locais querem vir expor o que eles estão enfrentando. Eles nos solicitaram que o presidente do Conselho Regional de Farmácia, o senhor Flavio Shinzato, seja convidado para uma reunião com os deputados. O objetivo é trazer informações e reivindicações do Conselho Regional de Farmácia e dos empresários locais do setor farmacêutico, face à disparidade identificada no tratamento tributário entre as grandes redes de farmácia e os empresários locais. É importante ressaltar que não somos contra as redes, pois elas geram empregos, mas buscamos justiça para garantir igualdade de competitividade para todos.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Recebo a vossa indicação extemporaneamente, deputado, porque nós já encerramos, e já íamos iniciar a Ordem do Dia. Se Vossa Excelência puder colocar sobre a mesa, eu agradeço.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Vou colocar o requerimento sobre a mesa. Outro assunto, senhor presidente, é que no último dia 15 faleceu o doutor Daisaku Ikeda, renomado filósofo, escritor e líder pacifista. Ikeda ocupou a posição de presidente honorário da organização Soka Gakkai e também foi presidente da Soka Gakkai Internacional. Ele é reconhecido por sua extensa trajetória em defesa da paz, educação e direitos humanos. Portanto, coloco sobre a mesa tanto o requerimento quanto a moção de pesar que acabei de apresentar.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero mencionar que esteve presente em nossa Casa o ilustre vereador de Campo Grande, Junior Coringa. Se ainda estiver aqui, tire uma fotografia conosco. Seja bem-vindo, vereador. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, peço a palavra para, em primeiro lugar, tranquilizar aqueles que, porventura, ainda tenham preocupações relacionadas à questão das invasões. Não entendemos como invasão, mas como uma ocupação legítima, um direito constitucional de setores que lutam pela vida. No entanto, esse não é o cerne do debate. Não se preocupem! A orientação do presidente Lula, e que temos seguido, é que o Incra trabalhe de forma incansável para viabilizar um banco de terras, visando realizar os assentamentos da forma mais pacífica possível. Coronel, buscamos terras daqueles que têm dívidas com o Banco do Brasil, queremos as terras que estão sendo retomadas judicialmente devido ao plantio de drogas, crimes ambientais ou trabalho escravo. Nosso objetivo é seguir a orientação do presidente Lula, levantando as terras devolutas da União, terras públicas eventualmente ocupadas, de forma clandestina ou não. A partir desse levantamento, presidente, pretendemos criar um banco de terras para promover os assentamentos; essa é a prioridade. A segunda prioridade é trabalhar para viabilizar economicamente os assentamentos, especialmente na produção de hortifruticultura, que é fundamental para uma boa alimentação para o povo brasileiro, alimentação de qualidade que deverá contribuir para a saúde da nossa população. Felizmente, neste momento histórico, temos a grande preocupação do governo do presidente Lula e a sensibilidade do governador Riedel, que disponibilizam recursos, tanto da Agraer quanto do Incra, na Secretaria Especial; assim, estamos trabalhando para promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Essa é a nossa preocupação, caro deputado Coronel David: garantir a produção, para a qual é necessário preparo de solo, orientação técnica e recursos disponibilizados através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que abrange estradas, centrais de comercialização e políticas comerciais. Tudo isso visa permitir que as pessoas gerem renda. Esse é um ponto crítico da história das ocupações, datando das décadas de 1970 e 1980. Para concluir, senhor presidente, o que não pode continuar — e foi discutido em uma reunião com o desembargador Marcão [Marcos José de Brito Rodrigues], ouvidor e responsável pela questão da terra, agricultura e ocupações em meu gabinete — é o atropelo promovido pelo governo. Não sei se é uma orientação do governador Riedel — não acredito que seja — mas a polícia está atropelando (esse é o termo correto) aqueles que acampam pacificamente às margens das estradas para chamar a atenção e reivindicar o direito de sobreviver. Eles não estão ocupando nada, mas estão sendo despejados nas margens da estrada, que é território de domínio do governo. Isso não pode continuar. Já solicitei ao governador uma reunião com ele, com o desembargador Marcão, com o Incra, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a bancada, para chegarmos a um denominador comum que permita o exercício pleno dos direitos daqueles que desejam visibilidade e que, legitimamente, ocupam as faixas de domínio para buscar a terra que anseiam para produzir. Agradeço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 1 da Ordem do Dia. Em discussão única. Projeto de Lei nº 309/2023. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Comunitária 'Gibiteca'". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

Segundo-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Essa é a gibiteca do nosso amigo vereador Ronilço Guerreiro. Solicito o resultado da votação ao primeiro-secretário, deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, contando com o voto de Vossa Excelência, que pediu registro nesta votação, e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul homenagem denominada "Empresa Amiga dos Autistas e de Pessoas com TDAH", destinada às empresas que adotem política interna de inserção no mercado de trabalho de pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e/ou contribuam com ações e projetos na promoção e defesa dos direitos dessas pessoas". A Comissão da Saúde emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 082/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (PATRIOTA) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 237/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização e Incentivo à Mamanalgésia". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Enquanto está acontecendo a votação, cito a presença da Ludmila Lopes, diretora de comunicação da Associação de Doulas de Mato Grosso do Sul. Seja bem-vinda à nossa Casa.

Projeto de Lei nº 237/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. O item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 015/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta

dispositivos à Lei Complementar nº 308, de 30 de maio de 2023, que dispõe sobre a concessão de vantagem pecuniária de natureza indenizatória, a ser paga como retribuição pelo exercício de função de confiança na Casa Militar e na Defesa Civil, nos termos que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Neste momento, eu gostaria de parabenizar a cidade de Rochedo, atendendo ao pedido do deputado João César Mattogrosso, por seu aniversário de setenta e cinco anos. Aproveito para expressar minha gratidão pela presença de uma doula muito importante que está conosco neste momento, senhores deputados. A doula desempenha um papel crucial ao receber a criança quando nasce, mostrando a importância desse trabalho. Sejam bem-vindas a esta Casa. Qual o seu nome? Eu quero saber o nome de quem pegou o Frederico, meu neto. Estou legislando em causa própria neste momento. Seja bem-vinda, Carol. Um beijo meu, da minha filha Cristiane, do meu genro Igor e da minha esposa Adriana. É um trabalho importantíssimo, deputado Zeca do PT. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu, emocionado, gostaria de registrar que entre essas quatro profissionais altamente competentes e gabaritadas, destaco com carinho, apreço e emoção a Tatiana. Foi ela que possibilitou a chegada ao mundo de Ana Cecília, minha neta mais jovem, entre os cinco netos e netas que eu e dona Gilda temos. Agradeço, Tatiana, e quero registrar que, em homenagem a você e suas colegas, tive a honra de ser aceito pelo deputado Professor Rinaldo para assinar com ele o projeto de lei. Agradeço pelo papel extraordinário que desempenham neste mundo cheio de ódio, guerra e morte. Com sua profissão, vocês contribuem para a civilização. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Sejam bem-vindas. Vou solicitar que vocês venham aqui na Mesa Diretora, depois que a Sessão for encerrada, para que a gente possa tirar uma fotografia com o deputado Professor Rinaldo e o deputado Zeca do PT, autores da lei. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 015/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Cinco requerimentos, quarenta e sete indicações, cinco moções de congratulação. Em

discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Ailton Rodrigues Bairros. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Ana Clara Benevides Machado. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Salvadora Soares da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero registrar nos anais desta Casa, com enorme satisfação, que há dois meses apresentei nesta Casa uma indicação, encaminhada ao presidente Lula e ao ministro da Agricultura Familiar, solicitando a criação de um projeto ou programa para a renegociação das dívidas dos chamados agricultores da agricultura familiar. E eu acabo de receber, do assessor do ministro Paulo Teixeira, a comunicação de que o Projeto de Lei nº 5.122/2023 está aguardando votação, em tramitação no Congresso Nacional. Este projeto de lei dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores da agricultura familiar, pescadores, carcinicultores em geral, e dá outras providências. Portanto, senhor presidente, com orgulho, quero comunicar a esta Casa que a proposição, a indicação que partiu daqui, foi atendida, permitindo ao governo do presidente Lula, com a sensibilidade que também demonstrou para outros setores da sociedade, voltar os olhos para a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores. Essa medida possibilita desbloquear suas capacidades e permite que eles acessem os créditos no Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Parabéns, deputado Zeca do PT. Eu gostaria de reiterar que estarei representando esta Casa, em nome de todos os deputados, amanhã, em Porto Murtinho, às 10 horas, recebendo dois ministros de estado: o ministro Góes, da Integração Nacional, e a ministra Simone Tebet, do Planejamento. Na ocasião, eles assinarão a ordem de início de serviço para a alça de acesso da BR-267 para a ponte da Rota Bioceânica. Essa obra é de suma importância, e foi encarregada de ser executada pelo governo federal na gestão do presidente Lula; surpreendentemente, os treze quilômetros terão quase o mesmo valor da ponte da Rota Bioceânica. Além disso, eu gostaria de lembrar a todos que, na terça-feira, a pedido do presidente deputado Gerson Claro, às 8 horas, os deputados estão convidados a receberem a nova Lei do Pantanal, na presença do governador Eduardo Riedel. Já está agendada a primeira reunião com todos os deputados na Sala de Reuniões da presidência, às 14 horas, com a participação do secretário de estado de Meio Ambiente, Jaime Verruck. Ele apresentará as explicações necessárias sobre os pontos que foram destacados para agilizar o processo nesta Casa. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida.



Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo mais nada a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h18min).